



ATA N.º 2356

1 Aos quatorze dias do mês de abril do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário,
2 às dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento
3 das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes
4 Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Marcio Bins Ely**,
5 assumindo a presidência da reunião; **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de
7 Planejamento Metropolitano e Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento
8 Municipal de Habitação, **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação;
9 **Rosane Zottis**, titular do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria
10 do Planejamento Municipal; **René de Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de
11 Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente, e **Jorge**
12 **Diogo de Jesus**, segundo suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura;
13 **Analino Zorzi**, titular do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes**
14 **Coelho**, primeiro suplente do Instituto de Planejamento e Estudos SocioAmbientais; **José Luiz**
15 **Domingues**, titular, e **Luiz Felipe Magalhães**, primeiro suplente da Ordem dos Advogados do
16 Brasil; **Sérigo Koren**, segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil;
17 **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**,
18 segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto
19 Alegre; **Romano Botin**, titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan**
20 **Cristian Table Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Marcia Bica**, titular da Região
21 de Planejamento Dois; **Helena Cristina Borges**, titular da Região de Planejamento Três; **Irmã**
22 **Miranda Rosa**, titular da Região de Planejamento Quatro; **Lauro Rossler**, segundo suplente
23 da Região de Planejamento Cinco, **Nestor Nadruz**, titular, **Iole Carreta Kunze**, primeira
24 suplente, e **Carolina Hermann C. de Souza**, segunda suplente da Região de Planejamento
25 Seis; **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Heverson Luis V. da**
26 **Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da
27 Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**,
28 secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** questionou se havia alguma correção
29 à ata. Conselheiro **Alan** pediu que houvesse complementação de sua fala, na linha nove da
30 página três, sobre que os sete itens por ele citados se referem à exigências de macro-
31 acessibilidade. A ata foi colocada em votação com a retificação sugerida e esta foi aprovada
32 com dezenove votos favoráveis, duas abstenções e nenhum voto contrário. **Presidente** deu
33 início às **comunicações**. Conselheiro **Heverson** se referiu ao processo seis mil cento e
34 dezoito, que trata de gravames de AEIS, e disse que este vai ao plenário para votação no dia
35 vinte e dois de abril. Falou sobre a Escola Técnica e da preocupação e surpresa que lhe
36 causou o fato de a Prefeitura ter comunicado que não tem condições de executar o
37 levantamento topográfico da região, assim como os laudos de cobertura vegetal, os quais
38 anteriormente havia se comprometido. Conselheira **Helena** falou sobre as obras irregulares e
39 do seu descontentamento com o descaso das autoridades para com o assunto. Disse que ela
40 própria denunciou invasão em área do IPE, e que nenhuma providência foi tomada: nem pela
41 instituição proprietária da área, nem pelo governo estadual e tampouco pela prefeitura, os
42 quais não se responsabilizaram pela ação. Questionou e condenou a falta de fiscalização
43 existente nos casos de invasão de áreas públicas, a qual prejudica a comunidade que se priva
44 de usufruir de área para escola ou parque, por exemplo. Conselheira **Irmã** disse que a região
45 nordeste estará promovendo um alerta ambiental no dia dezesseis de abril e convidou a todos
46 para comparecerem, na praça Chico Mendes, para atividades de orientação quanto à coleta de
47 lixo e preservação do meio ambiente. Lembrou também o presidente sobre o pedido que já foi
48 encaminhado anteriormente ao Conselho, sobre a melhoria das condições das reuniões, como
49 um sistema de som adequado. **Presidente** respondeu que a compra de equipamento já foi
50 solicitada, mas que ainda demora um pouco para a sua concretização. Conselheiro **Zorzi**
51 questionou a forma como são feitas as comunicações nas reuniões, acusando para a



ATA N.º 2356

1 necessidade de que aquelas que exijam atitudes dos órgãos de governo devam ser
2 encaminhadas aos mesmos. Para que se possa exigir providências e acompanhar as ações.
3 Conselheiro **Nadruz** questionou a saída de pauta de processos que estavam em diligência
4 junto à PGM até a semana que antecedeu a reunião. **Presidente** falou que a vinda da Escola
5 Técnica para Porto Alegre realmente se concretizará. Disse que os órgãos de governo, a partir
6 da combinação feita em reunião do CMDUA, têm recebido as atas das reuniões, e opinou que
7 cabe esperar que surtam efeito, sugerindo que quando se quiser uma manifestação mais
8 concreta sobre as comunicações feitas, deva se fazer uma formalização complementar desses
9 encaminhamentos, além daquelas contidas em ata. Conselheiro **Alan** disse que já havia sido
10 deliberado que as demandas que surgirem no CMDUA seriam enviadas por escrito aos órgãos
11 de governo competentes. **Presidente** concordou e disse que assim será feito pela secretaria
12 do CMDUA, sempre que chegarem por escrito as demandas, sendo que os conselheiros têm
13 autonomia para tal. **Presidente** solicitou à secretária executiva que esclarecesse o conselheiro
14 Nadruz sobre o motivo pelo qual houve a retirada de pauta dos processos em diligência à PGM
15 referidos pelo conselheiro. **Secretária** esclareceu que esta foi uma deliberação feita na última
16 reunião. Conselheira **Helena** e Conselheira **Elisabete** detalharam o combinado, explicando
17 que quando o processo estiver em diligência e o órgão que o analisa informar que o mesmo
18 não retornará para análise por um período prolongado de tempo, ele seria retirado da pauta.
19 Conselheiro **Breno** sugeriu que assim deva ser feito, porém sugeriu que os processos que
20 forem retirados de pauta sejam arrolados na forma de adendo da pauta, para que se possa ter
21 um controle sobre sua situação. Conselheiro **Alexandre** questionou se não existe um prazo
22 para o retorno dos processos ao Conselho, quando estes são encaminhados para diligência à
23 outros órgãos. **Presidente** propôs que a sugestão do conselheiro Breno fosse colocada em
24 votação. Conselheiro **Zorzi** concordou com a proposta do conselheiro Breno e sugeriu ainda
25 que, além de serem citados, os processos deveriam acusar a data de devolução manifestada
26 pelo órgão que o analisa. Conselheira **Elisabete** concordou com a necessidade de se exigir do
27 órgão que analisa o processo em diligência, a determinação de um prazo para a sua
28 devolução. **Presidente** pediu cautela nas exigências que não tenham respaldo legal.
29 Conselheira **Elisabete** disse que o estabelecimento de um prazo por aquele que analisa o
30 processo pode ser um ato simples. **Presidente** concordou. Conselheiro **Eduíno** propôs que a
31 PGM devesse, além de manifestar prazos, estar presente no Conselho para prestar
32 esclarecimentos sobre as questões envolvidas nos pedidos de diligências. **Presidente** propôs
33 que se mantivesse o foco na elaboração do modelo de pautas futuras. **Presidente** colocou a
34 sugestão em votação e a alteração do modelo de pauta foi aprovada com vinte e dois votos
35 favoráveis, uma abstenção e nenhum voto contrário. Encerradas as comunicações, **presidente**
36 deu início à ordem do dia. **Processo Quatro Ponto Um**, Assunto: assinatura do parecer para
37 homologação pelo prefeito da comissão representativa do CMDUA junto à Câmara. Expediente
38 número 002.070.957.09.6. **Presidente** solicitou que algum conselheiro se candidatasse a
39 redigir o parecer, em função da ausência do conselheiro Euclésio à reunião, este que redigiu o
40 ofício da instituição da comissão, anexado ao processo. Conselheiro **Romano** se prontificou a
41 fazer a redação para que até o fim da reunião se pudesse registrar as assinaturas para
42 encaminhamento ao prefeito. **Processo Quatro Ponto Dois**, relator: SERGS; expediente
43 número 002.296635.00.2; interessado: GRL; assunto: Resolução Inclusão Traçado Viário;
44 local: Estrada Costa Gama; Permanece em diligência à SPM. Adiado. **Processo Quatro**
45 **Ponto Três**, relator: ICOMOS, expediente número 002.236511.00.1; interessado: Jasco Gilnei
46 Silveira da Rosa; assunto: EVU de Desmembramento; local: número trezentos e sessenta e
47 oito da Avenida João Ferreira Jardim; Conselheiro Zorzi, relator do processo, pediu
48 primeiramente esclarecimento à SPM sobre as novas informações do processo. Conselheira
49 **Rosane** disse que a planta de EVU foi alterada e que havia esclarecimentos anexados.
50 Conselheiro Zorzi disse que algumas das solicitações feitas não se encontram graficadas na
51 planta, o que opinou que seria o ideal. Conselheira **Rosane** esclareceu que o modelo de planta



ATA N.º 2356

1 de EVU não gera essa necessidade. Conselheiro **Zorzi** disse que no momento em que um
2 parcelamento do solo exige permutas, doações, etc., estas áreas devem ser bem elaboradas,
3 opinando que a área e rua em questão não estão no melhor ponto. Conselheira **Rosane**
4 explicou os motivos pelos quais não se conseguiu propor a abertura de rua em outro ponto,
5 que se deram em função de condomínio adjacente à área. Conselheiro **Julio** disse que existe
6 também no ponto proposto pelo conselheiro Zorzi uma imponente figueira, o que impede a
7 passagem da rua. Conselheiro **Alceu** pediu vistas ao processo. Presidente aceitou o pedido
8 de vistas e sugeriu que os conselheiros visitassem a área. Adiado. **Processo Quatro Ponto**
9 **Quatro**, relator: IPES; expediente número 002.258847.00.1; interessado: Tribunal de Justiça
10 do Rio Grande do Sul; assunto: EVU de Edificação; local: número mil quinhentos e sessenta e
11 cinco da Avenida Borges de Medeiros. Processo retornou do pedido de diligência a SPM, mas
12 o relator do expediente não estava presente. **Presidente** disse que o processo ficará na SPM
13 até a próxima reunião e que estará à disposição daqueles conselheiros que quiserem dar
14 vistas a ele. Adiado. **Processo Quatro Ponto Cinco**, relator: STICC; expediente número
15 002.070221.09.0; interessado: SPM; assunto: resolução Alteração GA; local: Avenida Ecoville.
16 Conselheiro **Jorge** relatou o processo. Disse que esteve pessoalmente no local e que
17 encontrou dificuldades em fazer contato com os moradores, mas que conseguiu falar com
18 alguns. Disse que fez contato com a associação de moradores, onde fez reuniões com quatro
19 moradores. Conselheiro reclamou da falta de assessoria para a análise dos processos e que
20 este foi um caso onde encontrou dificuldades nos esclarecimentos que procurava junto à SPM.
21 Uma moradora da região e representante da associação dos moradores, presente na reunião,
22 pediu voz à mesa. O **presidente**, tomando por base o regimento interno do CMDUA, deu voz à
23 convidada. Esta disse que a associação tem conseguido administrar bem o local, quanto à
24 limpeza, segurança, etc. Disse que já se chegou a pensar em uma alteração de GA para toda
25 a extensão da Avenida Ecoville, mas que como já existiam muitas residências no local,
26 pareceu inapropriado. Conselheiro **Alceu** disse que o local em questão realmente conseguiu
27 se superar, se evidenciando em um excepcional núcleo residencial, mas questionou sobre o
28 motivo da solicitação de alteração de GA. Conselheiro **Nadruz** disse que apesar de ser a SPM
29 a requerente do pedido, existe um interessado que procurou a secretaria, e que por isso seria
30 importante saber as motivações e a quais interesses atingem essa mudança. Conselheiro
31 opinou que troca de GA deva ser motivada por um forte argumento social, o qual disse não ter
32 identificado. Disse que percebe haver um conflito no caso, já que existe no local uma área
33 destinada à escola adventista, mas que é ocupada por residências. Conselheira **Rosane** pediu
34 vistas ao processo. Conselheiro **Romano** disse não ser contra o pedido, mas informou que ele
35 próprio presta serviços de consultoria à empresa que elaborou o projeto na região e esta não é
36 a que tem interesse nessa mudança. Conselheiro opinou que se deve ter cautela nessa
37 análise, pois uma mudança de GA poderia gerar problemas judiciais posteriores, já que cada
38 morador, na época da compra, firmou contrato relativo à zona predominantemente residencial.
39 Conselheira **Helena** disse conhecer bem a região, por ser vizinha do loteamento. Disse que a
40 praça é utilizada pelos bairros vizinhos e que inclusive a administração do loteamento doou
41 mudas à vizinhança para o plantio nos arredores. Conselheira disse que o pedido de mudança
42 de GA provavelmente seja para alcançar uma pequena extensão da Avenida Ecoville, onde
43 existem comércios. **Presidente** concedeu vistas ao GP. Conselheiro **Jorge** disse que anexará
44 ao processo documentação doada pela associação dos moradores. Conselheiro **Alceu** opinou
45 que um pedido desse porte deveria contar com a mobilização e interesse de toda a
46 comunidade e não apenas quatro moradores, como pareceu ter sido o caso. **Presidente**
47 retomou a apreciação do **Processo Quatro Ponto Um**. Conselheiro **Romano** relatou o
48 parecer redigido, referente à instituição da comissão representativa do CMDUA junto à câmara,
49 para apreciação dos demais conselheiros e coleta das assinaturas. Conselheiro **Nadruz** pediu
50 para deixar registrado o seu protesto contra a formação da referida comissão, em função de
51 ser o CMDUA um órgão do executivo, o que torna a comissão um ato de desconsideração ao



ATA N.º 2356

1 papel da Câmara Municipal. Conselheiro **Romano** disse que o CMDUA tem esse direito,
2 inclusive por já ter sido declarado viável pela assessoria do prefeito. Conselheira **Rosane**
3 repetiu o que disse em reunião anterior, sobre o prefeito entender que a instituição da
4 comissão é um direito do CMDUA, mas que não deva contar com a participação dos
5 representantes do governo. Conselheiro **Alceu** disse que apesar de questionar a real
6 coerência dessa instituição, pelo fato de o CMDUA fazer parte do poder executivo, disse achar
7 importante participar de sua formação, pela importância que o Conselho representa para a
8 comunidade e para a cidade. Conselheiro **Eduíno** reitera a sua posição contrária à instituição
9 da comissão em razão de um conselheiro poder se fazer representar por mais de uma vez na
10 Câmara. Conselheira **Helena** discordou e disse que não há possibilidade de dupla
11 representação. Conselheiro **Heverson** disse não achar necessária a retomada dessa
12 discussão, em função de o assunto já ter sido deliberado, já contar com o aval do prefeito e em
13 função de o regimento interno do Conselho permitir a formação dessa comissão. Conselheiro
14 **Romano** fez a leitura do parecer. **Presidente** o colocou em votação e este foi aprovado por
15 oito votos favoráveis, três votos contrários e seis abstenções. **Processo Quatro Ponto Seis**,
16 relator RP 7; expediente número 002.074136.08.9; interessado: Nilton Antonio Rossabo;
17 assunto: Resolução Traçado Viário e Cadastramento; local: número quinhentos e noventa e
18 sete da Rua Carlos Muttoni. Adiado. **Processo Quatro Ponto Sete**, relator: RP 5; expediente
19 número: 002.071626.08.5; interessado: SPM/SPU; assunto: Resolução Traçado Viário; local:
20 ruas da Vila Nova Brasília. Adiado. **Processo Quatro Ponto Oito**, relator: RP 2; expediente
21 número: 002.248008.00.5; interessado: Claro; assunto: EVU ERB "rooftop"; local: número
22 duzentos e setenta e três da Rua São Joaquim. Adiado. **Processo Quatro Ponto Nove**, relator
23 RP 1; expediente número 002.284388.00.9; interessado: Antonio Malmann; assunto: EVU
24 condomínio; local: número mil e trinta e quatro da Avenida Vicente Monteggia. Adiado.
25 **Processo Quatro Ponto Dez**, relator: RP 3; expediente número: 002.313090.00.8;
26 interessado: Ipiranga Engenharia; assunto: Reconsideração EVU Parcelamento; local: número
27 dez mil seiscentos e cinquenta da Avenida Assis Brasil. Adiado. Às vinte horas foram
28 encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo
29 Presidente. Eu, Ana Paula Tomasi, assino e lavro, juntamente com o Presidente a presente
30 ata.

31

32

33

34 _____
Ana Paula Tomasi
35 Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente;